



**ACÓRDÃO Nº66/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11516/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Flavio Mota Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 562/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini - SAAE. Exercício de 2017.

*Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Considerar revel o Sr. Flavio Mota Junior**, gestor e ordenador de despesas, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender às notificações desta Corte de Contas;

**10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do município de Uarini**, referente ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Flavio Mota Junior**, gestor e ordenador de despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas indicadas na fundamentação deste Voto;

**10.3. Considerar em Alcance o Sr. Flavio Mota Junior**, gestor e ordenador de despesas, no valor de **R\$ 76.138,24** (setenta e seis mil, cento e trinta e



**ACÓRDÃO Nº66/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

oito reais e vinte e quatro centavos), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos abaixo discriminados, que devem ser recolhidos no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini - SAAE:

**10.3.1.** No valor de **R\$ 262,44** (duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), por gastos não realizados em favor da Administração Pública Municipal, referente ao pagamento de multas e juros nas contas da Amazonas Distribuidora de Energia, conforme o item 6, da fundamentação do Relatório/Voto;

**10.3.2.** No valor de **R\$ 75.875,80** (setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), uma vez que não restou comprovada a entrada dos produtos das NFs listadas nos itens 7 e 8, da fundamentação do Relatório/Voto, no almoxarifado da Unidade Gestora.

**10.4. Aplicar Multa** ao **Sr. Flavio Mota Junior**, gestor e ordenador de despesas, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 1, 2, 3, 5 e 9, da fundamentação do Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



**ACÓRDÃO Nº66/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.5. Aplicar Multa ao Sr. Flavio Mota Junior**, gestor e ordenador de despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, V, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, pelas impropriedades constantes nos itens 6, 7 e 8, da fundamentação do Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**11- Ata:** 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Fevereiro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente  
**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator  
**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral